



Assembleia da República, 8 de Julho de 2013

Exmos Senhor:

Presidente da Comissão Parlamentar de Defesa Nacional

Assunto:

Audição, com carácter de URGÊNCIA, do Ministro da Defesa Nacional sobre o desenvolvimento e ponto da situação atual do procedimento aberto pela União Europeia contra Portugal sobre as “Ajudas de Estado “ aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

1 – Depois de, em Outubro de 2012, ter sido informada da intenção do Governo Português do desenvolvimento de um processo/ concurso para a reprivatização dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo – ENVC, entre os meses de Outubro e Dezembro de 2012, as Autoridades Portuguesas, a solicitação da CE, teriam apresentado várias informações e esclarecimentos sobre as “ Medidas anteriores a favor dos ENVC, denominadas Ajudas de Estado entre 2006 e 2012 ;

2 – A 23 de Janeiro de 2013, a Comissão notifica Portugal da decisão de dar início um PROCEDIMENTO sobre este assunto previsto no artº 108, nº 2 do TFUE;

3 – Em 3 de Abril de 2013 é publicado no Jornal Oficial da União Europeia um Aviso referente a :

“Procedimentos relativos à execução de políticas da concorrência”

Auxílio Estatal SA 35546 (2013/C) (ex 2012/ NN) Portugal - Medidas Anteriores a favor dos Estaleiros Navais de Voiana do Castelo , SA.

4 – O documento de abertura de procedimento que foi publicado é composto por onze folhas e estabelece, **no ponto nº 7 DECISÃO:**

“ A Comissão, nos termos do artº 108 nº 2 do TFUE convida a República Portuguesa a apresentar as suas observações e a prestar todas as informações que possam ajudar a avaliar as medidas anteriores em favor dos ENVC no prazo de trinta dias”.

5 – É portanto inequívoco que, nos termos dessa Decisão, a UE convidou a República Portuguesa a apresentar as suas observações e a prestar todas as informações que possam ajudar a avaliar a legalidade das medidas anteriores em favor dos ENVC.



6 – A 30 de Abril, em audição na Comissão Parlamentar de Defesa Nacional, o Ministro da Defesa Nacional, não respondeu e portanto não esclareceu dúvidas dos Deputados do Partido Socialista sobre a existência ou não de reação/esclarecimento/contestação do Governo de Portugal relativo a este procedimento da EU, nomeadamente e entre outros , se :

a) Portugal tinha já apresentado ou não contestação sobre este procedimento ?

b) Quando concluí o prazo limite para formalização dessa reação ?

c – Existia algum parecer jurídico que sustentasse a decisão de não contestar os procedimentos dos EU ?

d – Estavam ou não a ser estabelecidos contactos políticos sobre esta matéria com o Presidente da Comissão Europeia e o Comissário Europeu dos Assuntos Económicos e Monetários que tutela a Direção Geral da Concorrência europeia ?

7 - Não dispondo do mínimo de informação credível e avalizada sobre a evolução deste procedimento e da reação e/ou estratégia do Governo Português neste processo da EU sobre os ENVC, **o GPPS dirigiu uma pergunta ao Ministro de Estado e das Finanças sobre este assunto (ainda não respondido) e através do grupo dos Eurodeputados Socialistas no Parlamento Europeu foi solicitada uma audiência com o Comissário Europeu dos Assuntos Económicos e Monetários, Joaquin Almunia** que tutela este processo .

8 – Essa audiência foi rapidamente agendada e teve lugar no passado dia 2 de Julho, em Estrasburgo, no gabinete do Comissário no PE e nela participaram o Deputado do GPPS Jorge Fão, o Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo e o Coordenador da Comissão de Trabalhadores do ENVC ,para além dos eurodeputados Edite Estrela e Correia de Campos

9 – No decurso dessa reunião fomos informados pelo Comissário Joaquin Almunia que :

a) Dentro do prazo de 30 dias estabelecido na Decisão do procedimento e até esta data, o governo português não teria prestado qualquer informação adicional, não apresentando também qualquer plano de recuperação , nem justificação das ajudas concedidas à Empresa ;

b) A Comissão está, “ disponível e interessada “ em colaborar com o Governo de Portugal na resolução deste problema, sendo que a iniciativa terá de caber, obviamente, ao Estado Português

c) A Comissão, se solicitada, poderá alargar o prazo estabelecido na DECISÃO ;

d)O Governo da República, através do MDN e por sua iniciativa, nunca teria realizado ou sequer solicitado nenhum contacto direto com o Comissário Joaquin Almunia para abordar este tema ;



Nestes termos e atenta esta informação obtida nesta reunião de Estrasburgo, o Grupo Parlamentar do PS, vem **REQUERER** a V.Ex^a que, com caráter de urgência, seja realizada nesta Comissão Parlamentar uma **AUDIÇÃO** com o Senhor Ministro da Defesa Nacional sobre o desenvolvimento e ponto da situação do “Procedimentos relativos à execução de políticas da concorrência” Auxílio Estatal SA 35546 (2013/C) (ex 2012/ NN) Portugal - Medidas Anteriores a favor dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo , SA.

Assembleia da República, 8 de Julho de 2013

Os Deputados

Jorge Fão

Marcos Perestrelo

.....